

ATA DE REUNIÃO

ATA DA QUINTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 14-03-2023.

Aos quatorze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e três, às quatorze horas e vinte e três minutos, reuniu-se, no Plenário Ana Terra, deste Legislativo, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Conselheiro Marcelo, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Professor Alex Fraga e Pedro Ruas. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovada a Ata da quarta reunião (ordinária), tendo sido dispensada a sua leitura. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS para parecer: ao vereador Prof. Alex Fraga, o Projeto de Lei do Legislativo nº 094/14 (Processo nº 0988/14); ao vereador Cassiá Carpes, o Projeto de Lei do Legislativo nº 441/22 (Processo nº 0904/22) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21 (Processo nº 0892/21); e ao vereador Alexandre Bobadra, o Projeto de Lei do Legislativo nº 617/21 (Processo nº 1358/21) e a Indicação nº 149/21 (Processo nº 0909/21). Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, os seguintes Pareceres no dia oito de março do corrente: nº 013/23 (Indicação nº 037/22 – Processo nº 0281/22), nº 014/23 (Indicação nº 197/21 – Processo nº 1235/21), nº 015/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 513/21 – Processo nº 1164/21), nº 016/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 182/21 – Processo nº 0478/21), nº 017/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 208/22 – Processo nº 0387/22), de autoria do vereador Cassiá Carpes; nº 018/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 580/21 – Processo nº 1307/23) e nº 023/23 (Indicação nº 149/21 – Processo nº 0909/21), de autoria do vereador Conselheiro Marcelo; nº 019/23 (Indicação nº 008/23 – Processo nº 0050/23), nº 020/23 (Indicação nº 006/23 – Processo nº 0033/23), nº 021/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 023/22 – Processo nº 0052/22), nº 022/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 602/21 – Processo nº 1336/21), de autoria do vereador Pedro Ruas. Registra-se que também foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, os seguintes Pareceres no dia dez de março do corrente: nº 024/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 095/22 – Processo nº 0179/22), nº 025/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 039/22 – Processo nº 0074/22) e nº 026/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 28122 – Processo nº 0554/22), de autoria do vereador Conselheiro Marcelo. Dando continuidade, o senhor Presidente informou que esta Reunião se destinaria a tratar da valorização do sistema prisional gaúcho, visando mais segurança e bem estar da população. Em prosseguimento, o senhor Presidente convidou para compor a mesa os senhores Roberto José Larrossa, da Associação dos Oficiais Estaduais do Rio Grande do Sul -AOFERGS - ; Saulo Felipe Basso, do Sindicato da Polícia Penal do Rio Grande do Sul - SINDPPEN - ; Diógenes Berthes da Silva, da Brigada Militar; e Fernando Soares, da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul - ASDEP -. A seguir, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O vereador Alexandre Bobadra ressaltou a necessidade de reajuste salarial para as forças de segurança, destacando que, mesmo durante a pandemia de Covid-19, esses profissionais se mantiveram na ativa. Demandou, ainda, que a reposição inflacionária e o reajuste salarial fosse equiparado ao do Ministério Público, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas. O senhor Saulo Felipe Basso entregou à Comissão documento com demandas da sua categoria e abordou a situação do sistema penitenciário do estado, informando que atualmente o sistema abriga quarenta e quatro mil presos em cento e cinquenta e três cadeias, onde trabalham mais de sete mil policiais penitenciários. Manifestou-se, ainda, opinando sobre a remuneração recebida pela categoria, que não estaria de acordo com a complexidade e a periculosidade do trabalho. O senhor Fernando Soares afirmou que a segurança pública deveria ser tratada com maior atenção, por se tratar de um tema de extrema importância para a sociedade. Manifestaram-se ainda os vereadores Pedro Ruas e Cassiá Carpes, além dos senhores Diógenes Berthes da Silva e Roberto José Larrossa. Ao final das manifestações definiu-se como encaminhamentos o envio das demandas feitas pelas categorias à Casa Civil do Governo do Estado e à Secretaria Estadual de Segurança Pública. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Os trabalhos foram presididos pelos vereadores Conselheiro Marcelo e Alexandre Bobadra. Às quinze horas e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Conselheiro Marcelo.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigo Bernardi, Vereador(a)**, em 29/11/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0662546** e o código CRC **BC6D9F2C**.

